

ATA NÚMERO 146/XII/2.^a SL

Aos 13 dias do mês de fevereiro de 2013, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.os 143, 144 e 145, referentes às reuniões de 5, 6 e 8 de fevereiro, respetivamente.
2. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 121/XII/2.^a (GOV) - Aprova a Lei das Finanças das Regiões Autónomas.
Autor do parecer: Senhor Deputado Ricardo Rodrigues (PS).
3. Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 124/XII/2.^a (GOV) – Procede à sétima alteração à Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto.
4. Distribuição do Projeto de Lei n.º 346/XII/2.^a (PS) – Procede à segunda alteração à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.
5. Apreciação e votação do Relatório final sobre as Petições n.º 114/XII/1.^a, de iniciativa de Vítor Manuel Maximino Vieira: Pretende que seja extinto o Imposto municipal sobre imóveis (IMI); e n.º 129/XII/1.^a, de iniciativa de Lídia Maria Tormenta Pires: Solicita a revisão da legislação vigente que obriga os cidadãos ao pagamento de contribuição autárquica.
Relator: Senhor Deputado Honório Novo (PCP).
6. Apreciação e votação do Relatório intercalar sobre a Petição n.º 218/XII/2.^a, de iniciativa de António Batista Maurício: Proposta de alteração do cálculo de penhora de salários, pensões e outros rendimentos de trabalho.
Relator: Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP).

7. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 235/XII/2.^a, de iniciativa de Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues e outros: Solicitam à Assembleia da República que recomende ao Governo a alteração de políticas solidarizando-se para esse efeito com a carta aberta dirigida ao Senhor Primeiro Ministro, em 29/11/2012 e subscrita por um vasto conjunto de personalidades.
Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.
8. Ponto de situação das petições pendentes
9. Apreciação e votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do BE para audição da SEFIN, DECO, Banco de Portugal e Instituto de Seguros de Portugal sobre a utilização dos PPR's na amortização do crédito à habitação.
10. Semestre Europeu 2013.
11. Apreciação do relatório da audiência concedida à APIFARMA.
12. Outros assuntos.

O Senhor Presidente deu início aos trabalhos com um ponto prévio, de acolhimento à Senhora Deputada Cecília Meireles, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, a quem deu as boas vindas na Comissão.

1. Apreciação e votação das atas n.os 143, 144 e 145, referentes às reuniões de 5, 6 e 8 de fevereiro, respetivamente.

As [atas n.º 143, 144 e 145](#), referentes às reuniões de 5, 6 e 8 de fevereiro, respetivamente, com as alterações de redação introduzidas nos pontos 1, 3, 4 e 6 da ata n.º 144, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do BE.

2. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 121/XII/2.^a (GOV) - Aprova a Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

Autor do parecer: Senhor Deputado Ricardo Rodrigues (PS)

O Senhor Deputado Ricardo Rodrigues (PS) apresentou o parecer à [Proposta de Lei n.º 121/XII/2.^a \(GOV\)](#), recordando as disposições da Constituição da República

Portuguesa e dos respetivos Estatutos Político-Administrativos das Regiões Autónomas, em matéria de autonomia financeira. De seguida, deu conta do teor dos pareceres remetidos pelos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas, efetuando, ainda, considerações sobre as diferenças existentes entre as Regiões.

Em sede de debate, começou por usar da palavra o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD), suscitando algumas questões referentes à proposta de lei, nomeadamente a equiparação, em alguns aspetos, à lei das finanças locais; a pronúncia desfavorável dos órgãos de governo próprio das Regiões, que deveriam participar no processo de especialidade; e quanto ao papel do fundo de coesão; considerando, deste modo, que o diploma se deve destinar a regular o relacionamento financeiro entre a República e as Regiões Autónomas, assegurando o carácter fundamental do princípio da autonomia. Interveio, de seguida, o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP), considerando oportunas algumas preocupações anteriormente expressas e referindo algumas dúvidas quanto a normas constantes do articulado, que deveriam ser tidas em conta em sede de especialidade. Posteriormente, usou da palavra o Senhor Deputado Honório Novo (PCP), que sublinhou a pretensão, constante da presente iniciativa, de aumento da tutela do Estado sobre as Regiões Autónomas, que considerou como inaceitável. No encerramento do debate, o Senhor Deputado Ricardo Rodrigues (PS) prestou alguns esclarecimentos adicionais, tendo de seguida o parecer sido submetido a votação e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

3. Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 124/XII/2.^a (GOV) - Procede à sétima alteração à Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto.

O Senhor Presidente começou por prestar informações quanto à possibilidade de audição do Tribunal de Contas, tendo sido consensual proceder à respetiva audição, no âmbito do processo de apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 124/XII/2.^a \(GOV\)](#), bem como o Conselho das Finanças Públicas e o Governo. O Senhor Deputado João Galamba (PS) solicitou, adicionalmente o pedido de audição do Conselho Económico e Social, para análise dos impactos económicos e sociais resultantes de transposições de medidas em matéria orçamental, proposta que mereceu a anuência dos Grupos Parlamentares.

De seguida, foi suscitado pelo Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) o âmbito de apreciação da iniciativa legislativa suprarreferida, que, desejavelmente, se deveria cingir às matérias europeias, de consenso alargado, recordando estar prevista outra alteração à Lei de Enquadramento Orçamental, no decorrer do ano em curso, altura em que outras alterações, também relevantes, poderiam ser suscitadas. Em sede de debate, o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) subscreveu a proposta apresentada, recordando o objetivo constante da iniciativa, de transposição das disposições europeias, no âmbito do qual fora, aliás, baseado o debate na generalidade, havendo o compromisso firmado de uma posterior nova alteração à Lei. Por seu turno, o Senhor Deputado Honório Novo (PCP) considerou oportuno um debate alargado, não se justificando aguardar a introdução de outras alterações à Lei para um momento posterior, a definir no tempo. Recordou, ainda, que várias das matérias a introduzir no debate serão geradoras de um maior consenso do que as constantes do articulado da presente iniciativa. O Senhor Presidente recordou que o processo legislativo se reporta a uma proposta de lei, de âmbito conhecido e sobre a qual se convocariam as entidades suprarreferidas para audição, não obstante o direito de os Grupos Parlamentares apresentarem as propostas de alteração que entenderem e as entidades se pronunciarem sobre o que considerarem oportuno.

4. Distribuição do Projeto de Lei n.º 346/XII/2.^a (PS) – Procede à segunda alteração à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.

Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

O Grupo Parlamentar do PSD indicou o Senhor Deputado Nuno Serra como autor do parecer da COFAP ao [Projeto de Lei n.º 346/XII/2.^a \(PS\)](#).

5. Apreciação e votação do Relatório final sobre as Petições n.º 114/XII/1.^a, de iniciativa de Vítor Manuel Maximino Vieira: Pretende que seja extinto o Imposto municipal sobre imóveis (IMI) e n.º 129/XII/1.^a, de iniciativa de Lídia Maria Tormenta Pires: Solicita a revisão da legislação vigente que obriga os cidadãos ao pagamento de contribuição autárquica.

Relator: Senhor Deputado Honório Novo (PCP).

O Senhor Deputado Honório Novo (PCP) apresentou o relatório sobre as petições [n.º 114/XII/1.ª](#) e [n.º 129/XII/1.ª](#), que haviam sido juntas num único processo, nos termos legais aplicáveis. Recordou os sucessivos pedidos de informação ao Governo, sem resposta, e propôs que, sendo a política fiscal matéria da competência legislativa exclusiva da Assembleia da República, fosse dado conhecimento do teor das petições aos Grupos Parlamentares, para eventual apresentação de iniciativas legislativas. Em sede de debate, interveio o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP), que saudou o relator e subscreveu a sua intervenção quanto à ausência de resposta do Governo, à semelhança de relatórios de petições anteriores, considerando que tal não permite uma adequada tramitação das petições e resposta aos cidadãos que se dirigem à Assembleia da República, considerando que esse problema deveria ser analisado. O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) saudou, igualmente, o relator. Não se registando intervenções anteriores, o relatório foi votado e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

6. Apreciação e votação do Relatório intercalar sobre a Petição n.º 218/XII/2.ª, de iniciativa de António Batista Maurício: Proposta de alteração do cálculo de penhora de salários, pensões e outros rendimentos de trabalho.

Relator: Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP).

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) apresentou o relatório intercalar sobre a [Petição n.º 218/XII/2.ª](#), dando conta da proposta do peticionário e da possibilidade de ouvi-lo, posteriormente, em audição, ao que a Comissão anuiu, nos termos e com o fundamento propostos. Em sede de debate, a Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD) cumprimentou o relator, bem como o relatório produzido, após o que o mesmo foi votado e aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do BE.

7. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 235/XII/2.ª, de iniciativa de Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues e outros: Solicitam à Assembleia da República que recomende ao Governo a alteração de políticas solidarizando-se para esse efeito com a carta aberta dirigida ao Senhor Primeiro Ministro, em 29/11/2012 e subscrita por um vasto conjunto de personalidades.

Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) deu conta da anuência do Grupo Parlamentar do PSD quanto às conclusões constantes da Nota de Admissibilidade da [Petição n.º 235/XII/2.^a](#), intervenção que mereceu a anuência dos Grupos Parlamentares presentes, após o que a Comissão deliberou – na ausência do BE – admitir, parcialmente, a petição, cabendo ao Grupo Parlamentar do PSD a indicação de relator.

8. Ponto de situação das petições pendentes.

Foi analisado o quadro de petições pendentes em Comissão, tendo o Senhor Presidente solicitado que, no caso de petições com as diligências concluídas e/ou sem resposta do Governo em tempo útil, os relatores providenciassem a apresentação célere dos respetivos relatórios. Quanto às petições com a tramitação em curso, o Senhor Presidente solicitou que fossem efetuadas as diligências, em particular quanto às legalmente aplicáveis.

9. Apreciação e votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do BE para audição da SEFIN, DECO, Banco de Portugal e Instituto de Seguros de Portugal sobre a utilização dos PPR's na amortização do crédito à habitação.

Tendo o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE), ausente em trabalhos parlamentares, solicitado a apreciação do requerimento ainda que na sua ausência, dada a sua conexão com audições a realizar a breve trecho, foi o mesmo apreciado e aprovado por unanimidade, tendo sido acordado que das audições em curso sobre o Projeto de Lei n.º 307/XII/2.^a (PS), no que a entidades comuns dissesse respeito, seria igualmente abordado o tema do Requerimento. Foi, ainda, acordado que à lista de entidades constantes do Requerimento seria acrescentada a Associação Portuguesa de Bancos.

10. Semestre Europeu 2013.

O Senhor Presidente da Comissão deu conta da sua participação, conjuntamente com a Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD), na [Semana Parlamentar Europeia do Semestre Europeu 2013](#), no Parlamento Europeu, como forma de concretização do artigo 13.º do Tratado Orçamental, abrindo o debate da Análise Anual do Crescimento, que irá posteriormente enquadrar as recomendações adotadas pelo Conselho

Europeu (propostas pela Comissão Europeia) aos Estados-Membros para o exercício orçamental de 2014. Nestes termos, o Senhor Presidente destacou o tema da semana europeia – “crescimento e emprego” – a estruturação dos trabalhos em moldes semelhantes aos dos Parlamentos Nacionais – com reuniões prévias das famílias políticas e o trabalho posterior, em “comissões” e plenário, sublinhando as matérias da coordenação económica e financeira e a necessidade de adequação das estratégias de promoção do crescimento e emprego. A Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD) subscreveu a intervenção do Senhor Presidente.

De seguida, e na sequência dos trabalhos da Semana Europeia, o Senhor Presidente sugeriu que a Comissão ouvisse em audição a deputada ao Parlamento Europeu Elisa Ferreira, relatora na Comissão de Assuntos Económicos e Monetários, sobre a Análise Anual do Crescimento 2013, tendo a Comissão aprovado a proposta.

11. Apreciação do relatório da audiência concedida à APIFARMA.

O presente ponto da Ordem do Dia foi adiado, tendo em consideração a participação do Senhor Vice-Presidente noutros trabalhos parlamentares.

12. Outros assuntos.

O Senhor Presidente deu conta da sua participação nas [Jornadas Parlamentares](#) da OCDE, nova iniciativa daquela instituição, tendo sido debatidos temas como o comércio internacional e a avaliação dos bens não apenas pelo seu valor monetário mas pelo valor acrescentado; os impostos e a erosão da base fiscal, a par do diferente tratamento fiscal entre PME e GE; o setor bancário e as novas medidas em curso.

De seguida, o Senhor Presidente suscitou junto dos Senhores Deputados se a audição do Senhor Ministro de Estado e das Finanças sobre o processo de capitalização das instituições bancárias, agendada para 15 de fevereiro, poderia igualmente versar, dada a conexão de matérias, sobre a [Proposta de Lei n.º 127/XII/2.ª \(GOV\)](#), proposta que mereceu o acolhimento da Comissão.

Enfim, o Senhor Presidente deu conta do interesse manifestado pela ASFAC – Associação de Instituições de Crédito Especializado, em ser ouvida no âmbito da nova apreciação, na generalidade, do [Projeto de Lei n.º 307/XII/2.ª \(PS\)](#), tendo a Comissão anuído ao pedido da Associação.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Não tendo sido suscitados outros assuntos adicionais, a reunião foi encerrada pelas 12:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 de fevereiro de 2013

O PRESIDENTE,
EDUARDO CABRITA

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Fernando Virgílio Macedo
Honório Novo
Isabel Santos
João Galamba
João Pinho de Almeida
José de Matos Rosa
Miguel Frasquilho
Paulo Batista Santos
Pedro Jesus Marques
Sónia Fertuzinhos
Artur Rêgo
Carlos Silva e Sousa
Hugo Velosa
Jorge Paulo Oliveira
Maria das Mercês Borges
Michael Seufert
Nuno Serra
Paulo Ribeiro de Campos
Ricardo Rodrigues

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Medina
Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Nuno Reis
Pedro Filipe Soares